



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: CRENÇAS E RELIGIOSIDADES

**JOGOS DE PODER NO SINCRETISMO RELIGIOSO: RELAÇÕES DE TRANSAÇÃO E
CONCORRÊNCIA NO CAMPO RELIGIOSO SETECENTISTA DA MINAS COLONIAL**

EVARISTO, Maria Luiza Igino

Mestranda em Ciência da Religião

PPCIR-UFJF

mlieteja@yahoo.com.br

Resumo

O artigo, que se constitui como parte integrante de uma Pesquisa de Mestrado, analisa o papel da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos e de sua Festa, no século XVIII, na cidade de Vila Rica, atual Ouro Preto em Minas Gerais. A partir da observação de uma construção cultural de base sincrética estabelecida no Brasil interpreta-se as atividades religiosas e sociais das personagens escravos e libertos, negros e mulatos, enquanto confrades, e como elemento estruturador na integração do negro junto à sociedade brasileira. A Irmandade do Rosário propiciava não somente o culto à santa de devoção, mas promovia a proteção dos irmãos das contingências da vida e também da morte, inseridos neste grupo praticavam a caridade e estabeleciam relações. Dessa maneira, depreende-se que a importância das associações de leigos não estava restrita à sua atuação nas questões religiosas, mas se estendia ao fator material, contudo, ambos serviam para o fortalecimento das relações sociais entre os confrades. Quando se observa a capitania de Minas Gerais nota-se que as organizações de leigos foram fundamentais para a sustentação da fé católica na região. Dessa maneira, analisa-se o entrecruzamento das relações de transação e das relações de concorrência, princípios que configuram a dinâmica do campo religioso brasileiro, porquanto é um campo aparelhado de trocas sociais e simbólicas que produz significados sociais legitimatórios. Dentre os procedimentos relacionais do campo religioso brasileiro, o sincretismo é o mais complexo, pois é um processo dinâmico de identidade social que consiste na percepção coletiva de uma “homologia entre os sistemas em interação” das relações entre o universo próprio e o universo do outro.

Abstract

The paper, that consist as part integrate of a Mastership Research, its analyze the paper of the Rosário Brotherhood of the Black Men and its Party, in the XVIII century, Villa Rica city, actual Ouro Preto, in Minas Gerais. From of observation of a cultural construction of syncretic base establish in Brazil interpret a religious a social activities of personage slave and freemen, black and mullato while brothers, and as structured element in black integration together on Brazilian society. The Rosário Brotherhood propitiate not only the cult on saint of devotion, its promoted protection for the brothers of the contingency from life and also of death, its introduce this group they practiced charity and established relationship. This form, to deduce that importance of the associations of laymen was not restrict on its performance in religious questions, but to extended on material factor, although, both attended for strengthen of the socials relations among brothers. When observe the Minas Gerais captaincy to note that the layman organizations were fundamentals for the sustentation on catholic faith in the region. This way, to analyze intersect of the relations of transaction and of the relations of rivalry principium that configure the dynamic of Brazilian camp religious, whereby is the camp prepared of socials and symbolic changes that produce signification legitimated. Among the proceedings linked of Brazilian camp religious, the syncretism is more complex, because is a dynamic process of social identity that consist in collective perception of the “homology between the system in interaction” of the relations among the own universe and the universe of the other.

Palavras-chave: Irmandade Religiosa; Irmandade do Rosário; Sincretismo; Negro.

Keywords: Religious Brotherhood; Brotherhood of Rosário; Syncretism; Black.

PAP0702

1. Irmandades Religiosas

Na Europa, por volta do século XI, se observa uma intensa alteração das atitudes espirituais, a preocupação com o Juízo Final passa a dar lugar a um modo de vida semelhante aos dos apóstolos. É nesse cenário que o leigo passa a adquirir importância. As transformações sociais e econômicas do período acentuam a distância entre pobres e ricos, e é essa nova realidade, que conduz a questionamentos, leva ao surgimento de uma nova espiritualidade, cuja vivência originou as associações religiosas de leigos (Sousa, 2008). Nesta pesquisa, o termo leigo caracterizará toda pessoa fiel a Deus, independente de sua posição social, cuja dedicação à Igreja se dá de forma particular de acordo com suas ideias e com suas capacidades, sem exercer função regular na instituição, tais como clérigos e frades, por exemplo.

As transformações ocorridas no seio da cristandade, em comunhão com os preceitos de Roma e promovidas pela reforma gregoriana, foram um convite aos leigos a abandonarem a passividade e se tornarem membros atuantes nas questões religiosas. Desejosos de elevar o nível espiritual do clero e de obterem a própria salvação surgiram diversos movimentos de leigos que, através das Cruzadas, buscavam não só a libertação da terra santa dos infiéis, mas traziam consigo a ideia de salvação de suas almas por meio das penitências que essa missão sagrada incutia (Sousa, 2008).

Os termos Irmandade, Confraria e Ordem Terceira, apesar das diferenças de legislação e de princípios organizacionais, se assemelhavam como associações de leigos, cujo intuito era promover o culto ao santo devoto, obter proteção das contingências da vida e também da morte, praticar caridade e estabelecer relações (Borges, 2005). Conforme Gomes (2011), era através das associações que se promovia a religiosidade entre os iguais. As Irmandades se constituíam como organismos e se regulavam por um estatuto, os chamados Termos de Compromisso. De acordo com Quioffa (2004, p. 19), foi grande a atuação que as Irmandades Religiosas tiveram na Igreja Católica, assim como na sociedade, pois essas corporações reuniam leigos dos mais diversos segmentos sociais, como os artesãos, mercadores, nobres e igualmente camponeses com aspirações materiais e espirituais. Os primeiros grupos aparecem durante o período medieval e atuam como núcleos de apoio religioso que se estendiam às corporações que assistiam seus membros nas questões relacionadas à saúde e ao campo profissional, promovendo a manutenção da solidariedade e da proteção nos momentos mais difíceis. Contudo, segundo o autor, as Irmandades guardavam características peculiares do “seu momento e do seu ambiente”, uma vez que faziam parte do quadro das mudanças gerais pelas quais a sociedade passava. Dentre as várias finalidades a que se propunham destacavam-se a devoção aos santos, a celebração dos ritos sagrados, a comunhão fraternal, a promoção do culto público, o preenchimento das necessidades espirituais e materiais.

As condições de vida na Europa do século XVI, como progresso agrícola, aumento demográfico, o ressurgimento comercial, promoveram alterações tanto no campo religioso, quanto no cultural levando leigos e clérigos a viverem conforme os preceitos fundamentais da pobreza evangélica e da caridade. No interior dessa sociedade guerreira, a espiritualidade do homem comum se deu por meio de uma religião de obras, da devoção e da caridade introjetadas pelas corporações chamadas Irmandades Religiosas (Quioffa, 2004).

Embora as Irmandades, Confrarias e Ordens Terceiras gozassem de uma relativa autonomia, nunca deixaram de estar submetidas à jurisdição eclesiástica e temporal. A aprovação de seus Compromissos estava sob o jugo tanto da autoridade civil, quanto religiosa. No período colonial os Compromissos tinham de ser enviados para a metrópole a fim de que fossem aprovados pela Mesa de Consciência e Ordens que, desde 1532, quando foi criada, exercia rígido controle, fiscalizando as anuidades cobradas, a construção de igrejas, os livros internos e os bens de modo geral (Gomes, 2011).

No Brasil, a proibição por parte da Coroa da atuação das ordens Terceiras, nas regiões mineradoras, foi um fator facilitador para a instituição e popularização das Irmandades que preencheram o vazio das práticas evangelizadoras (Santos, 2010). Na região de Minas Gerais, foco deste estudo, encontra-se a maior incidência de associações leigas, marcada por uma sociedade altamente urbanizada cuja religião é revestida com grande pompa, ao mesmo tempo em que permeava a vida cotidiana das pessoas. Mais do que um

respeitável espaço que promovia a religiosidade, era nas Irmandades que os confrades encontravam importante espaço de sociabilidade. Deve-se ressaltar que a sociabilidade pode ser recreativa ou profissional, pois a vida social comporta lógicas comportamentais múltiplas dos atores sociais. Desta forma, fazer parte de uma destas instituições era importantíssimo para o status da elite colonial (Kühn, 2010). Entretanto, as outras camadas sociais eram igualmente desejosas de estarem inseridas dentro de um grupo como as Irmandades, por motivos díspares, porquanto, se sentiam acolhidas e protegidas das agruras causada pela vida difícil vivenciada por pobres, principalmente pelos negros, sejam estes cativos ou libertos.

No século XVIII, as irmandades religiosas alcançaram o ponto áureo de sua existência na América Portuguesa e, já nas primeiras décadas do XIX, começaram a apresentar os primeiros sinais de decadência, embora tenham seguido atuantes durante todo o século. Tais mudanças tiveram como principais fatores a queda do pensamento político-religioso tradicional, ao mesmo tempo em que as ideias liberais ganhavam destaque (Kühn, 2010).

2. Irmandade do Rosário

A primeira confraria de devoção a Nossa Senhora do Rosário tem sua origem atribuída a Ordem dos Dominicanos no ano de 1475, no convento da cidade de Colônia. A partir de então, a difusão do culto ao rosário se propagou pelas regiões de Flandres e da Bretanha por meio do pregador dominicano Alain de La Roche. Portugal contou com a presença de Irmandades do Rosário em diversas cidades, a disseminação dessa Confraria atingiu também África, América e Ásia (Borges, 2005).

Em 1493, através dos portugueses e dominicanos, a Irmandade do Rosário chega ao Congo, quando o catolicismo passa a ser a religião oficial daquele reino (Borges, 2005) e se põe à frente do processo que levou à aproximação e efetivação, através dos símbolos religiosos e de suas práticas, dos contatos culturais (Comar, 2008).

Em princípios da Era Moderna, conforme Portugal se transformava em um Império em franca expansão, aumentava a inserção de negros escravizados na Península Ibérica. As confrarias negras que emergiram neste contexto contribuíram para a defesa dos cativos da dura condição a que eram submetidos. A criação de tais irmandades, entretanto, tinha como finalidade ajudar a Igreja na conversão dos africanos e sob este desígnio muitas nasceram tendo como orago Nossa Senhora do Rosário. Dessa forma, conforme crescia o número de negros, elevava-se a popularidade da padroeira, assim como a de outros santos negros (Comar, 2008).

Nota-se que as Irmandades constituíram um fenômeno tipicamente urbano que causou mudança no espaço geográfico no momento em que construíam igrejas em homenagens aos seus oragos de devoção, cuja atuação deveria conter o fervor religioso, assim como a diversidade de devoção e de segmentação social existente. Toda irmandade era desejosa de obter seu próprio templo, pois, não necessitando se alocar em altares laterais emprestados de outras capelas e igrejas, alcançavam também maior autonomia para realizarem os desejos de seus irmãos e, finalmente, atingiam uma situação social mais elevada e melhor prestígio (Santos, 2010).

É sabido que as Irmandades religiosas cumpriram diversos papéis no cerne do catolicismo brasileiro, ao mesmo tempo em que serviam às elites para a manutenção de seus poderes, também atuavam como agentes controladoras de elementos tidos como perigosos. Contudo, souberam tirar proveito dessa ambiguidade. Nas confrarias, como a do Rosário, os negros encontraram uma ótima oportunidade para refazer redes de sociabilidade ao participarem de uma religião de alcance sociológico mais generalizado, ao passo que serviram também como instrumentos para a reformulação de suas identidades (Oliveira, 2007).

2.1. Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Villa Rica

Com a intensificação do tráfico de escravos para o Brasil, no ano de 1552, em Pernambuco, se dá a aparição da Irmandade do Rosário no país. Na cidade de Cachoeira do Campo, em 1711, é registrada a primeira presença da Irmandade em Minas Gerais, cuja mais importante aparição ocorreu na cidade de Vila Rica,

atual Ouro Preto (Borges, 2005), cujo nascimento é atribuído a um escravo africano, Rei Ganga Zumba Galanga do Congo, o Chico-Rei, personagem de quem falaremos mais abaixo.

Nos séculos XVIII e XIX há um grande desejo de associação em Minas Gerais, as confrarias eram frequentadas por toda a população. Estes leigos, devido à expulsão dos clérigos regulares e à displicência da Coroa com suas obrigações na função de Grã-mestre, tomaram para si as responsabilidades da igreja dando suporte e conduzindo o cristianismo na colônia; tal fato deixou marcado, na religião, os aspectos mais singularidades do seu cotidiano, tal qual suas predileções e suas incompatibilidades. Ao estudar as associações religiosas mineiras torna-se possível um acesso à vida e à mentalidade dos habitantes desta capitania.

Pode-se dizer que a religião esteve no centro das preocupações das autoridades mineiras do chamado século do ouro, ao contrário do ocorrido no litoral, em que não eram as ordens regulares que a regia. As irmandades leigas, que ficavam a cargo da manutenção das práticas religiosas, tornavam não só mais econômico o processo, uma vez que evitavam as despesas com a manutenção de conventos e mosteiros, mas acima de tudo, impediam os desvios de ouro e diamante feitos por frades. A ausência de ordens primeiras (monges e frades) e segundas (freiras) na Minas colonial, constituiu uma das características mais marcantes da vida religiosa da região no período, distinguindo-a de outras áreas da América Portuguesa (Dias, 2010).

A Irmandade do Rosário, assim como as demais confrarias de pretos, tinha como forte característica a inserção do homem de cor, pois sendo a instituição reconhecida pela Igreja e pelo Estado, os negros conseguiam atingir certa autonomia dentro da sociedade escravista, independentemente de serem cativos ou libertos, o que lhes conferia dignidade. Destarte, Irmandades como a do Rosário, promoviam o encontro entre irmãos com escolhas semelhantes, o que mesmo de forma não linear, favorecia a atuação conjunta e a ajuda mútua entre seus membros que possuíam as mesmas carências, que se acentuavam em momentos de doença, velhice e morte (Santos, 2010).

Os negros contribuíram para a variedade religiosa existente em Minas Gerais no período do setecentos que se afastava do esperado pela doutrina do catolicismo. Os múltiplos universos cosmológicos derivados das diversas regiões de origem tornaram-se mais complexos com a mestiçagem cultural. Desta forma, floresceram inúmeros fenômenos distintos de resistência por parte dos escravos, libertos e mestiços subjugados (Dias, 2010).

2.2. A Festa de Nossa de Nossa Senhora do Rosário

A Irmandade do Rosário, especificamente, representava um espaço de relativa autonomia negra, no qual seus membros construíam identidades sociais significativas no interior de um mundo às vezes sufocante e sempre incerto, e a festa, em homenagem à santa, constituía um importante marco neste processo de sobrevivência.

As festas tinham um significado especial tanto para escravos quanto para libertos, faziam parte de suas lutas do mesmo modo que a defesa de sua família, o direito a propriedade e sua própria liberdade (Abreu & Viana, 2009). A reflexão sobre as circunstâncias em que se davam as homenagens a Nossa Senhora do Rosário mostram que não era apenas uma simples comemoração que se dava a partir da inversão de papéis (coroação de rei e rainha), mas uma real devoção.

No dia 6 de janeiro de 1747, data em que o calendário católico comemora o Dia de Reis, Vila Rica foi surpreendida com uma festa que desconhecia. Chico-Rei e seus patrícios alforriados apareceram na capela de Nossa Senhora do Rosário com uma indumentária surpreendente. Dançaram o Congado, dança criada por Chico que se tornou popular em Vila Rica e em todos os lugares onde se fazia a Festa de Reis. Neste dia, Chico-Rei foi coroado Rei da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos.

Destarte, a Festa do Rosário edificou num universo imagético extremamente rico, pois é marcada por momentos festivos e devocionais que se materializam em diferentes tipos de representações que se reconstróem alicerçados numa ludicidade que procura trazer à tona o passado, presentificá-lo e atualizá-lo,

construindo um sentido que perpassa a expressividade visual, já que é uma tentativa de manter viva uma tradição secular e, por isso, expressa identidade.

Sendo assim, esse fato social apresenta probabilidades interpretativas do cotidiano, permitindo compreender a construção de uma história marcada por caminhos múltiplos do entendimento, porquanto as representações se inserem em regimes de verossimilhança e de credibilidade, e não de veracidade. A recomposição e a tentativa de compreensão das tramas tecidas na efetivação dos festejos do Rosário se sustentam nas várias narrativas que se formam ao redor desse mosaico festivo, responsável por transmitir sua cultura e conhecimento ancestral para as novas gerações.

De acordo com Abreu & Viana (2009), as festas religiosas e populares, cuja historiografia atual tem dado maior visibilidade, são consideradas “janelas para observação de uma dada conjuntura”, caminhos de conflito e/ou formação de identidades. Ao analisar a festa do Rosário será possível observar que a defesa desta manifestação esteve em destaque na reivindicação dos negros, pois inserida dentro da Irmandade fica evidente seu caráter político, que solidificou sua “presença a despeito de todas as tentativas de exclusão e marginalização” (Abreu & Viana, 2009, p. 235-236).

A importância das festas e demais manifestações religiosas é inegável, pois é nesse espaço público que o negro se valendo da cultura dominante encontrava seu próprio espaço, não sem com isso incomodar outros setores da sociedade, mas a negociação entre esses dois lados nunca deixou de existir, pois como se pode observar, estas manifestações religiosas serviam para marcar o cotidiano de reivindicações populares às administrações municipais. Desta forma, os direitos dessa população se movimentar, organizar-se e divertir-se em função dos próprios santos e valores, danças e músicas eram colocados em jogo, pois era nas festas que se tornavam possível o exercício de outras dimensões da cidadania, estendendo-se bem além do voto ou das representações constituídas no Império e na República (Abreu & Viana, 2009).

Na Festa estão presentes dois movimentos contraditórios, repressão e liberdade, que se projetam, com muitos desdobramentos, sobre a história da escravidão em várias regiões do país. A Festa, que serviu para dividir e unir os negros, foi vista pelos brancos como passatempo inocente ou desafogo das tensões do cativo e, no sentido inverso, como quebra da ordem, uma espécie de ensaio para a rebelião, senão como rebelião dos costumes. Nesse campo de poder, minado de significações, operavam escravos, senhores, autoridades militares, civis e eclesiásticas, e o povo livre em geral.

3. Cultura e Identidade

De acordo com Pinto (2004), uma das principais fontes de identidade cultural encontra-se no sistema de representações que denominamos de culturas nacionais. Dessa forma, havia a veneração do passado e a conservação dos símbolos, pois nele estavam contidas as experiências de gerações que eram perpetuadas. Neste sentido, “a tradição lidava com o tempo e espaço inserindo qualquer atividade ou experiência na continuidade com o passado, presente e futuro” (Pinto, 2004, p. 1). O sujeito era pensado pela noção de indivíduo centrado, possuidor de razão, consciência e ação, mas acima de tudo, unificado. No entanto, as sociedades foram se complexificando cada vez mais fazendo surgir a consciência de que o núcleo interior do sujeito era dependente, sem autossuficiência e formado através da relação que se tinha com outros, com destaque para as pessoas importantes que se fazem mediadoras de valores e sentidos, “símbolos do mundo que habitavam”. Desta forma, a identidade se constrói a partir da interação entre o eu e a sociedade. Ambas as concepções estabilizavam o sujeito e o mundo cultural, assim como seu imaginário e sentimento. Já no século XIX, “o nacionalismo político e sua vertente romântico/folclorista” se juntaram com “as tradições dos agrupamentos étnicos e socioculturais” fazendo com que se ordenassem num invólucro jurídico e territorial, aos quais se chamou de nação. A partir de então ter identidade era ser parte de uma nação.

A fé comum que unia os negros em torno de uma mesma crença estruturava este grupo no sentido de busca de uma identidade comum (Santos, 2010). Nas Irmandades, os negros conseguiam a preservação do habitus do segmento que representavam, tornando-o espaço de manutenção de identidade que, segundo Oliveira (2007), era relacional e dinâmica, se forjava em relação ao outro por meio da escolha de símbolos que se

contrastavam e que serviam para distingui-los como grupo específico ocupante de determinada posição na esfera social. Ao serem selecionados, estes traços, adquiriam função emblemática, cujas marcas se tornavam inalienáveis ao grupo. Sob a perspectiva relacional de identidade, entende-se que ao se afirmar o “nós” automaticamente gera uma negação do “outro”, o que leva a um processo de dicotomização que nas irmandades se encontrava expresso na luta pelo controle dos bens sagrados no campo religioso.

Destarte, ao adotarem a identidade do catolicismo como fundamental, os negros alteravam suas práticas para adequá-las aos valores vigentes o que levava a uma redefinição do espaço social ocupado. Ao garantir um lugar no campo religioso, o *habitus* que os distinguiu passa a ser acentuado através dos símbolos que compunham as cerimônias e festas específicas, os quais promoviam a manutenção dos elementos africanos nos rituais católicos conferindo-lhes uma identidade (Oliveira, 2007).

A religião, segundo Dias (2010), foi pensada como um meio de controle social, cuja prova se pode depreender da documentação coeva. No entanto, é importante notar a diversidade cultural e também religiosa dos fiéis e levar em conta a capacidade de ação dos moradores. Ao explorar as ambiguidades e os espaços encontrados no meio social, os escravos souberam interpretar e transformar o catolicismo num mecanismo legítimo que permitia refazer suas identidades, observar seus direitos e se defenderem dos abusos de seus senhores, contudo, sem perder sua capacidade de reação, cuja expressão se deu inclusive através da violência.

4. Sincretismo

A primeira manifestação do termo sincretismo (que deriva do grego *synkretismós*) não foi religiosa. Empregada inicialmente por Plutarco, em sua obra *Moralia*, tinha como finalidade designar união entre comunidades, que normalmente estavam em conflitos entre si, na ilha de Creta, em prol da luta contra um inimigo comum. Quando o termo passou a ser empregado pela língua latina e, posteriormente, por suas derivadas, já apresentava um sentido religioso, cuja compreensão é referente a junções de sistemas religiosos originariamente distintos (Berkenbrock, 2011).

É mister que deste seu processo de formação o cristianismo, e mais tarde o catolicismo, se constitui como uma religião híbrida, composta, múltipla, contraditória, cuja construção se dá num momento específico. Ao mesmo tempo em que se tornou um organismo estruturado, é igualmente estruturante, o que o levou a definir formas de elaboração e discursos articulados a uma série de práticas ratificadas por uma hierarquia que definia o ser católico (Andrade, 2010).

Desde a constituição da hierarquia cristã, e sua necessidade de firmar valores morais utilizando como modelos os exemplos que traduziam sua visão de mundo, que o culto aos santos se faz presente na vida do fiel. Assim, pode-se observar que é histórico o destaque a um determinado tipo de santidade em que se revela uma variedade de manifestações, gestos e palavras, os quais traduzem representações coletivas integradas através das crenças e práticas coletivas unindo o indivíduo a um grupo específico, fornecendo elementos para entender os modelos atuais de santidade (Andrade, 2010).

Em artigo intitulado *Diálogo e Sincretismo*, o pesquisador Volney Berkenbrock (2011) faz uma interessante consideração que se adéqua a esta pesquisa, o qual vê o sincretismo como um diálogo, caso se entenda o segundo termo como uma interação entre lógicas ou sistemas diferentes que pode ocorrer de forma espontânea ou consciente, ou seja, o sincretismo seria uma forma de diálogo entre lógicas e sistemas diferentes; ou ainda, o sincretismo seria a prova da existência de um diálogo.

Ao se falar de sincretismo, pensando-o como a interação entre sistemas religiosos, pensa-se como consequência dessa relação um sistema influenciando o outro, ou um sistema e outro se influenciando mutuamente, o que comumente se leva a pensar que haveria um momento inicial, o qual Berkenbrock (2011, p.1) chamou de “mito da pureza original”. Este mito seria referente ao momento em que a tradição religiosa envolvida se encontrava em estado puro, sem a contaminação de elementos diferentes a esta tradição. Tal relação pode ser vista de forma positiva ou negativa, como acréscimo ou como elemento estranho à tradição. Contudo, pode-se pensar o sincretismo como uma sedimentação de várias camadas numa permanente recomposição de elementos.

O contato entre a civilização africana e a luso-brasileira é expresso através da expressão cultural negra com a fé católica originando o sincretismo religioso que aqui vigorou. Esse foi o meio encontrado pelos africanos e seus descendentes de manter viva a cultura trazida do continente negro, pois deve-se ressaltar que a história da humanidade é a história do contato, das lutas, das migrações e, não menos importante, das fusões culturais entre os diversos povos (Oliveira, 2007).

Contudo, vale ressaltar que a tradição cristã vê o sincretismo por uma óptica negativa como mistura ilícita, maculador de uma tradição pura, decadente por não ser a forma genuína, ignorante por não haver esclarecimento e por apresentar elementos que se referem ao outro. Visão diferente tem a Ciência da Religião que vê o fenômeno de forma neutra, apenas para designar processos que tenham se dado entre religiões, não sendo classificado nem como positivo, nem como negativo (Berkenbrock, 2011).

Embora se tente manter uma neutralidade na relação existente entre o catolicismo popular vivido no Brasil colonial e a herança religiosa trazida pelos negros, o sincretismo aqui vivenciado é um procedimento complexo, pois é um processo dinâmico de identidade social que consiste na percepção coletiva de uma homologia entre os sistemas em interação, das relações entre o universo próprio e o universo do outro (Sanchis, 1994). Este fenômeno universal, tão característico do ser humano em contato com o outro, faz com que as relações apreendidas no mundo do outro sejam ressemantizadas no seu próprio universo; ou seja, o sincretismo é a forma pela qual as sociedades humanas são induzidas a penetrar num processo que redefine sua própria identidade quando postas em confronto com o código simbólico de uma sociedade diferente, não importando se estas são classificadas do mesmo modo ou não (Sanchis, 1995).

Desta forma, no processo de interação com a cultura dos grupos dominantes, os negros assimilaram a religião predominante a partir de suas necessidades, conservando-se, contudo, fiéis às suas lógicas culturais, num amálgama que sofreu interpretações díspares ao longo da história (DaMatta, 1977). Além da barganha relacionada à vida material e ao trabalho, as personagens envolvidas digladiavam-se para definir os limites da autonomia de organizações e expressões culturais negras (Fernandes, 1972). Os escravos souberam aproveitar as comemorações do calendário cultural do dominador para expressar sua própria cultura reiventando-a diversas vezes e segundo sua etnia (Reis, 1996).

Dessa forma, os discursos históricos devem ser interpretados como peças num jogo de poder, pois estão inseridos numa trama irregular e assimétrica de estratégias e táticas discursivas, cuja pesquisa permite compreender como se puderam formar domínios de saber a partir de práticas sociais (Foucault, 2007).

Os escravos teriam vivido boa parte de seu tempo, segundo Reis (1996), numa zona de indefinição, pois, o regime escravista se baseou no chicote e em outros meios de coerção, aliás como todo regime de trabalho forçado, entretanto, só conseguiu vigorar por muito tempo porque a violência não foi o único método empregado. Os senhores, proprietários de escravos, muito cedo perceberam a necessidade de combinar a força com a persuasão, da mesma forma os escravos aprenderam que não era possível sobreviver somente da acomodação ou da revolta (Reis, 1996, p. 9). Os proprietários de escravos eram sabedores, antes mesmo do primeiro escravo chegar ao Brasil e se rebelar contra a sua condição, que deveriam dominar seu espírito e com mesmo empenho subjugar seu corpo (Reis, 1996). Por isso, muitos senhores permitiam e até faziam questão que seus cativos participassem de alguma irmandade.

5. Tensões e Alianças na Sociedade Escravista Mineira

Quando se observa a capitania de Minas Gerais, no século XVIII, o que se nota é que as organizações de leigos foram fundamentais para a sustentação da fé católica na região. A insegurança e a instabilidade regiam a estrutura dessa sociedade no período, sendo a religião o elemento mais eficaz para apaziguar as tensões sociais. Esse prestígio foi observado ainda no século seguinte. Dessa forma, percebe-se que as organizações de leigos se faziam importantes na vida social e religiosa dos confrades, reproduzindo o modelo metropolitano (Gomes, 2011).

Quando se pensa em tensão, numa sociedade escravagista, o que costuma vir à mente é o cativo, o trabalho forçado, os maus tratos, no entanto, os negros cativos e libertos buscaram caminhos para apaziguar sua dura condição. Para exemplificar essa condição do escravo recorrer-se-á a um texto muito utilizado pela autora desse artigo, em que Rui Mourão, no romance *Boca de Chafariz*, relata a história de Chico-Rei,

personagem a quem é atribuído o nascimento da Irmandade do Rosário em Villa Rica, numa obra que agencia recursos de metaficção historiográfica (Hutcheon, 1988), cuja problematização do conhecimento histórico se volta para a necessidade e o risco de distinção entre a ficção e a história como gêneros narrativos.

Na versão de Mourão (1992) após ser capturado com toda sua tribo, um rei africano chegou como cativo na cidade de Vila Rica. Durante a travessia do Atlântico quase toda sua família pereceu, tal qual boa parte de seus súditos. Ao chegar em seu novo destino, logo o rei se pôs a planejar uma forma que permitisse o reagrupamento de seu povo recuperando desta maneira seu antigo comando. Com muito trabalho e afincos juntou quantia suficiente para comprar a alforria de seu filho, e com a ajuda deste trabalharam com a mesma perseverança até que o próprio rei obteve sua liberdade. Ambos, agora livres, trabalharam e juntaram os meios necessários para alforriar um companheiro, nascendo, assim, uma rede de solidariedade que permitiu que todos do seu grupo conseguissem a tão sonhada liberdade. Este gesto altruísta e multiplicador acolheu representantes de outras nações. Então, Chico Rei passou a explorar junto com seus pares a rica Mina da Encarnideira tornando-a uma propriedade comum de todos.

Restabelecida sua monarquia, Chico-Rei iniciou o projeto de construção da igreja do Rosário e junto com sua segunda esposa, seu filho e nora, a cada dia seis de janeiro, vestidos com roupas atribuídas à realeza, seguiam para a missa em meio ao séquito de súditos, também com trajes típicos de sua terra, dançando e cantando acompanhados de instrumentos tribais em homenagem à santa de devoção. Este cortejo se tornaria para sempre uma festividade para a Senhora do Rosário. Conhecida como congada, essa manifestação era vivenciada sem a preocupação de estarem ameaçando a ordem estabelecida. Surpreendentemente, Chico-Rei criou um governo dentro de outro, passando a ser um perigo assustador e, por isso, a elite dominante passou a proibir, através de decreto real, a alforria de escravos que não fosse justificada em juízo. (Mourão, 1992). Deve-se ressaltar o forte laço que se estabeleceu entre estes negros, formando um novo parentesco, não necessariamente consanguíneo, ou étnico, mas acima de tudo formando uma família ritual, onde a Irmandade desempenhou o papel de proteção, acolhimento e união.

Conclusão

Na finalização deste artigo chega-se à conclusão de que as celebrações, divisões, alianças e conflitos de ruas, quando vistos pelo ângulo do que acontecia dentro das Irmandades, sugerem a existência de um conjunto de estratégias sociais que circulavam através do mundo negro no tempo da escravidão, sendo que a maioria dos escravos viveu a maior parte do tempo numa zona de indefinição, um espaço de negociação, entre o controle e a liberdade. Além da barganha relacionada à vida material e ao trabalho, os escravos e senhores, negros, forros, livres e homens brancos, digladiavam-se para definir os limites da autonomia de organizações e expressões culturais negras.

O processo de escravidão do negro vindo da África e de seus descendentes no Brasil, tomando como ponto de apoio a cidade de Villa Rica na Minas setecentista, foco deste trabalho, constitui uma complexa situação entre dominados e dominadores. Os primeiros, usaram a importância que tinha a Irmandade Religiosa para a sociedade daquela época, para adequar a sua cultura e suas tradições. Tal fato, no entanto, não significa que não houvesse real devoção, ao contrário, o que se observa é um intrínseco rearranjo de suas tradições religiosas à prática religiosa do sistema do dominador.

A irmandade representou um espaço de relativa autonomia em que homens e mulheres puderam reconstruir uma relação parental baseada no ritual que unia o grupo. A importância desta união se fez presente em todos os momentos da vida dessas pessoas, não importando se os negros pertencentes à Irmandade do Rosário fossem africanos ou brasileiros. A confraria foi atuante, perante aos maus tratos dos senhores, nos momentos de perecimento por causa de doenças, na hora da morte e para alcançar a tão sonhada alforria, pois embora a situação em que se encontravam não permitisse uma maior mobilização contra o sistema escravagista, na Irmandade a realidade da liberdade era algo que se podia almejar quando esta facilitava, através de empréstimo ou financiamento, a compra da carta de alforria de seus membros.

REFERÊNCIAS

- Abreu, M. & Viana, L. (2009). Festas religiosas, cultura e política no império do Brasil. In: Grinberg, K. & Salles, R. (orgs). *O Brasil Imperial* (pp. 234-270). Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Andrade, S. R. (2010, maio). O culto aos santos: a religiosidade católica e seu hibridismo. *Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano III, n. 7*, Recuperado em 22 de junho de 2011 de <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao>.
- Berkenbrock, V. J. (2011). *Diálogo e sincretismo*.
- Borges, C. M. (2005). Escravos e libertos nas irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: EdUFJF.
- Comar, M.(2008). Imagens de ébano em altares barrocos: as irmandades leigas de negros em São Paulo (Séculos XVII-XIX). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.
- DaMatta, Roberto. (1977). Carnavais, paradas e procissões: reflexões sobre o mundo dos ritos. In: *Religião e Sociedade*, nº 1, (pp. 3-30).
- Dias, R. S. (2010). Entre a cruz e a espada: religião, política e controle social nas Minas do Ouro (1693-1745). *Varia História*, v. 26, n.43, (pp.155-175).
- Fernandes, F.(1972). O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Dif. Européia.
- Foucault, M.(2007). Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Gomes, D. G.(2011). As ordens terceiras em Minas Gerais: suas interações e solidariedades no período ultramontando. *Revista Brasileira de História das Religiões*. Recuperado em 05 de agosto de 2011 de <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>.
- Hutcheon, L. (1988). A poética do pós-modernismo. Rio de Janeiro: Imago.
- Kühn, F.(2010, março a agosto). Um corpo, ainda que particular: as irmandades leigas e as ordens terceiras no Rio Grande do Sul colonial. *História Unisinos*. Vol. 14, n. 02.
- Mourão, R. (1991). Boca de chafariz. Belo Horizonte: Villa Rica, 1991.
- Oliveira, V. S. (2007). Identidade, religiosidade e cotidiano escravo: inserção social de africanos no campo religioso da cidade de São Cristovão – SE (Século XIX). *Scientia Plena*. V.3, n.5.
- Pinto, M. V.(2004, julho). Identidade cultural. Palestra realizada durante o Encontro Nacional dos Estudantes de Arquitetura (ENEA), Brasília – DF.
- Quiossa, P. S.(2004). Mistério da fé: Irmandades do santíssimo sacramento da matriz de Santo Antônio de juiz de Fora (1854-1962). UFJF/ ICHL Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião – PPCIR (MESTRADO).
- Reis, J. J. (1996). Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. Rio de Janeiro: Tempo, vol. 2, nº 3, (pp. 7-33).
- Sanchis, P. (1994). Pra não dizer que não falei de sincretismo. Rio de Janeiro: ISER, 13, 45, (pp. 4-11).
- _____. O campo religioso será ainda hoje o campo das religiões? In: *História da Igreja na América Latina e no Caribe: o debate metodológico*. Hoornaert, E. (org). Petrópolis: Vozes, 1995.
- Santos, A. R. (2010) Gomes dos. Religiosidade negra e patrimônio: estratégias e comportamento da irmandade de São Domingos, Rio de Janeiro, séculos XVII E XIX. XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio – Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro.

Sousa, C. O. (2008). Os membros da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Villa Rica: prestígio e poder nas Minas (século XVIII). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História pela UFJF.